

PANORAMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Maria Francinaide Gama¹

Jéssica Girlaine Guimarães Leal²

RESUMO

A educação inclusiva visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, tenham acesso à educação regulamentada. O processo de inclusão escolar tem contribuído para a discussão sobre a diversidade como um modo de enfrentar a exclusão educacional e uma forma de democratizar a Educação. Nesse sentido, o presente trabalho sob título Panorama da Educação Inclusiva no Brasil, propõe um olhar sensível em como as escolas brasileiras têm sido desafiadas com o processo de inclusão e como as diferenças são tratadas no contexto escolar. Além disso, é importante discorrer sobre o panorama da educação inclusiva e sua relação com aspectos sociais. Sabe-se que é dever do poder público promover um ambiente em que as diferenças possam ser reconhecidas e os desafios mitigados. Esta pesquisa é cunho bibliográfico, ao qual contamos com um quadro de referências relevantes como: Mazzotta (1982) que discute sobre caminhos eficazes quanto a educação de todos de forma igualitária; Mendes (2001) discorre sobre os ambientes educacionais como forma de se trabalhar a inclusão na escola; Kissmann (2014) fala sobre importância da escola e da família como sendo primordiais na vida do ser humano. Para isso, faz-se necessário recapitular fatos relevantes, onde visa dispositivos legais bem como avanços, desafios e perspectivas futuras. O estudo aborda a evolução histórica e legislativa, começando com a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito universal, seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 também é analisado, com foco nas metas específicas para a inclusão. Entre os avanços observados, destacam-se o aumento das matrículas de estudantes com deficiência em escolas regulares, a oferta de formação especializada para professores e a expansão de recursos pedagógicos acessíveis. No entanto, persistem desafios, como a inadequação da infraestrutura escolar, a necessidade de formação continuada de educadores, o combate ao preconceito e a discriminação, e a falta de profissionais de apoio especial. O trabalho por ora encontra-se em andamento e almejamos contribuir para uma compreensão e aprofundamento das discussões no cenário da educação inclusiva no país.

Palavras-chave: Educação; inclusão; Diversidade; legislação; ensino.

¹ Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte -UERN. Especialista em Gestão e Coordenação Escolar pelo FVJ.. Professora auxiliar de educação especial. Discente no curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Universidade federal Rural do Semi-Árido - UFERSA francinaidegama3@gmail.com

² Professora do Magistério Superior da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica do Pernambuco - UNICAP.
Jessica.leal@ufersa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é caracterizada por um histórico de lutas e conquistas, que, ao longo do tempo, evidenciam o quanto as inovações e as políticas públicas têm progredido ao longo das décadas. Governantes e profissionais da área educacional têm contribuído de forma contínua para essa evolução, deixando um legado importante com estratégias inovadoras para promover a inclusão da diversidade. Esses esforços têm sido fundamentais para a elevação dos índices educacionais no Brasil, refletindo um impacto positivo na qualidade e no alcance da educação inclusiva. Como as mudanças surgiram rapidamente, as novas ideias nasciam e as pessoas impunham suas metodologias, suas maneiras de ensinar, enfrentando cada um as diversidades de época. Poucos tinham condições para estudar e ensinar. Hoje, os expertises continuam tentando projetar a educação do Brasil, mas ainda há lacunas que levarão tempo para enaltecer o outro lado da educação desejada: o de qualidade.

No passado, a concepção sobre a deficiência era limitada a uma condição fixa e irreversível, vista por muitos como algo impossível de ser trabalhado e sem viabilidade em espaços físicos e sociais. No entanto, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) veio para desafiar essa visão, ao destacar que a verdadeira deficiência reside nos ambientes que ocupamos e não nas pessoas. São as cidades, as empresas e a sociedade que se tornam deficientes ao não oferecerem as condições adequadas para todos. Quanto mais acessos e oportunidades proporcionamos, menores se tornam as barreiras e dificuldades enfrentadas. Com essa perspectiva, compreendemos que possuir uma deficiência não impede uma pessoa de ser eficaz dentro de uma empresa ou de realizar qualquer atividade. Pelo contrário, ao oferecermos as condições apropriadas, essas pessoas são plenamente capazes de desempenhar suas funções e tarefas, tanto na vida pessoal quanto na profissional.

A lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de inclusão (LBI), como todas as leis que asseguram os direitos a ela destinada, a LBI tem por finalidade assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Os direitos relacionados aos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, são garantidos a todos, incluindo aqueles com necessidades específicas ou deficiências.

Com os avanços tecnológicos recentes, é fundamental que essas pessoas tenham acesso a todas as formas de comunicação previstas no inciso V do art. 3º desta lei, assegurando uma assistência adequada e inclusiva. A educação inclusiva tem uma trajetória notável, destacando-se como um modelo distinto dos demais no campo educacional (FREIRE, 1996). Sua abordagem inovadora e seu compromisso com a igualdade garantem que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e adaptada às suas particularidades.

Neste estudo bibliográfico, pretende-se investigar de forma responsável e sensível os inúmeros debates existentes sobre a inclusão no contexto escolar, bem como se apresenta a educação inclusiva no Brasil e contribuir para uma sociedade menos excludente. Para tanto, instigar uma discussão sobre o tema proposto, visando reforçar debates em defesa de uma educação inclusiva. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de uma compreensão mais aprofundada sobre a educação inclusiva, especialmente considerando as dificuldades que frequentemente se manifestam no ambiente de sala de aula. No cotidiano escolar, é comum que o corpo docente enfrente desafios ao lidar com alunos com deficiência, evidenciando a importância de um estudo que explore práticas e estratégias mais eficazes para a inclusão.

É fundamental colaborar e se posicionar em defesa da inclusão, visando o respeito e o reconhecimento a diversidade e a singularidade, explicitando o direito à igualdade entre todos, eliminando barreiras existentes, que, apesar de seus avanços, como professores formadores a prática da inclusão, ambientes escolares acolhedores e propícios, tecnologias

assistivas como ferramentas tecnológicas que contemplem a aprendizagem do aluno e o fundamental e estreito laços com a família. Contudo, ainda existem falhas em atender plenamente a todos. Os sujeitos inseridos ou contabilizados como parte da inclusão, não se restringe necessariamente às pessoas com deficiência, mas todos aqueles que de alguma forma são deixados à margem da sociedade, sem os direitos que lhe são garantidos no papel e negados na prática, tornando-o excludente.

O trabalho ora apresentado está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo discorreremos sobre políticas de inclusão e formação de professores, onde pautamos o contexto sobre educação inclusiva no Brasil. No segundo capítulo, apresentamos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto das escolas públicas, onde trataremos sobre disponibilidade de oferta, recursos e serviços, bem como enfatizamos a relevância do AEE para o ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Por fim, no terceiro capítulo, destacamos a importância da família, sua cooperação e acessibilidade nas experiências que moldam a prática inclusiva.

2 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Durante o século XIX momentos decisivos quanto ao desenvolvimento cognitivo na educação especial, período em que aconteceu a consolidação na prática do cuidado institucional para as pessoas com deficiência, mas essas instituições, para tratamento e educação, passaram a se transformar em ambientes segregados. Mendes (2001) afirma isso ao dizer que:

Na vigência do paradigma da institucionalização, o atendimento ao deficiente intelectual não se diferenciava do tratamento dado aos doentes mentais, levando-se em conta a criação de instituições para atendimento de casos mais graves, enquanto os mais leves eram ainda indiferenciados; prevalecia o descaso pela Educação Especial (MENDES, 2001, p.47).

Esses ambientes considerados a parte da sociedade, constituíram-se como um Paradigma da Institucionalização, ou seja, caracterizou-se pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias.

Nesse sentido, conformou-se ao longo do século 18 o chamado “corpo normal”, isto é, uma medida arbitrária de humanidade calcada em um conjunto de características tidas como necessárias para se constituir enquanto um sujeito de direitos. Uma pessoa que não atendesse a essas expectativas era definida como menos capaz e, por conseguinte, excluída dos espaços de convivência social, educação e trabalho. A esse fenômeno histórico e social dá-se o nome de capacitismo, o qual resulta da exclusão sistemática e estrutural de pessoas com deficiência.

Segundo Sawaia (2001), a exclusão de pessoas ou grupos diversos se intensifica com os processos de modernização e globalização das sociedades, ampliando a população que sofre exclusão, deixando uma grande parcela de pessoas a parte dos bens e serviços produzidos pelos homens. Mas é a partir da crise econômica mundial que ocorre na Idade Contemporânea que a pobreza é evidenciada como objeto de discussão por parte da sociedade, usada hegemonicamente nas diversas áreas do conhecimento.

A educação inclusiva quando é tratada de maneira natural, mesmo onde muitos países já trabalham como tal, esse tipo de educação passou a garantir a educação a essa clientela e assegurando que o tratamento não seria diferente para a demanda e principalmente respeitando cada indivíduo. Para tanto Mazzotta (1982) comenta que:

A educação especial está baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação dos serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam. Nesse sentido, ela representa um desafio aos educadores para encontrar caminhos e meios, estabelecer uma política de ação e criar facilidade para a provisão de recursos educacionais apropriados a todos os educandos. (Mazzotta, 1982, p.10)

A inclusão educacional deve se apresentar como uma ação acolhedora sem que haja distinção de cor, classe social ou condições físicas e psicológicas. Há pessoas que se apresentam no contexto educacional com algum tipo de necessidade física ou psicológica. Perante aos olhos humano se torna um gesto desumano ou partindo para uma atitude mais ampla se torna crime, onde a recusa quanto ao atendimento por parte das instituições educacionais serão penalizadas conforme os rigores da lei, art. 208 da Constituição Brasileira.

Contudo, o desempenho da educação inclusiva no Brasil teve, em seu principal campo de ação, o real papel social como sendo mais importante que o papel educacional. Logo, aumento do número de pessoas necessitando dessa modalidade de ensino dentro das escolas teve um acréscimo na demanda a tal ponto que não poderia ser ignorada, trocando assim, a responsabilidade do governo em grande parcela e entregando toda e qualquer responsabilidade para a educação, gerando esse problema sem antes adotar uma estrutura adequada para que se pudesse receber e trabalhar a educação especializada de maneira adequada e satisfatória.

Os anos mostram continuamente que muitas análises referentes a inclusão vêm se expressando de forma padronizada insistentemente com intuito de contemplar os segmentos discente generalizando e deixando a parte a diversidade existente, quando na verdade ao se trabalhar as reais necessidades, expressa-se assim, o respeito às diferenças dos docentes e discentes, pessoa com deficiência ou não.

Com a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) sob número 9394 de dezembro de 1996, onde esta garante em seu texto que todos têm direito ao acesso à educação gratuita e de qualidade, a valorização aos profissionais da educação e também estabelece o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública.

Assim, a Lei também assegura a inclusão de todos os cidadãos aptos à aprendizagem, sem que seja necessária uma luta constante por igualdade, ou seja, é necessário promover um processo de ensino e aprendizagem que não posicione as pessoas em níveis hierárquicos de conhecimento, evitando qualquer distinção entre superiores e inferiores. Frequentemente, essas pessoas são marginalizadas por não se encaixarem nos padrões considerados normais, mas a legislação visa superar essas barreiras, promovendo uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Segundo Correia (1999. p.12.), na Idade Antiga, a sociedade grega caracterizou-se por um período de grande exclusão social. Eliminava-se ou abandonava-se crianças que nasciam com alguma deficiência, separando-as da convivência familiar e social. Na pólis Grega, eram considerados cidadãos apenas os homens nascidos livres, os estrangeiros, mulheres, escravos e crianças eram excluídos do exercício da cidadania e de debates sociais. As pessoas com deficiência eram marginalizadas, rotuladas como inválidas, muitas perseguidas e mortas. A educação inclusiva contabiliza em seu histórico muitas lutas, derrotas e conquistas, principalmente nas últimas décadas, onde de forma expressiva as estratégias pedagógicas tem se destacado no contexto educacional.

Com expressiva positividade durante a década de 90, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência se mobilizaram em torno desse tema, resultando na publicação de importantes documentos. Desde a Declaração de Salamanca (1994) até a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada à Constituição federal, na forma da Lei Brasileira

de Inclusão (LBI), em 2015, um leque de conquistas que contemplam um cobertor legal se formou para assegurar o combate à segregação.

No decorrer de toda história ao qual se trata da diversidade intelectual, as habilidades e as características físicas em muitas vezes se apresenta com base em padrões já estabelecidos por médicos e saberes científicos, enfatizando assim, o veredicto muitas vezes conclusivo, padronizando de forma excludente o saber e a capacidade intelectual de muitos discentes.

O ser humano em toda sua vivência sempre conviveu com relações permeadas de poder em esferas sociais, onde estas decidem quais demandas devem ou não serem executadas, omitindo assim, a oportunidade de deliberar situações até então esquecida por muitos, assuntos pertinentes a inclusão. Atualmente, o Brasil segue as leis vigentes para apoiar os alunos no contexto da educação inclusiva, por meio de políticas públicas voltadas tanto para docentes quanto discentes. Essas políticas buscam tornar-se as práticas de ensino e aprendizagem mais positivas e eficazes, além de reduzir a exclusão que ainda persiste, especialmente no que diz respeito à inclusão social.

O Brasil passou por importantes transformações nas últimas décadas, impulsionado por legislações e políticas públicas que buscam garantir o direito à educação de qualidade para todos. O país adota o modelo de educação inclusiva, que visa integrar estudantes com deficiência no sistema regular de ensino, garantindo sua participação plena e efetiva nas atividades escolares. Em nosso país oferecemos diferentes modalidades de ensino para atender às diversas necessidades dos alunos:

Na Educação Infantil, para crianças de 0 a 5 anos, essa fase é crucial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras e sociais. No contexto inclusivo, a educação infantil deve oferecer adaptações e suportes necessários para crianças com deficiência, como o uso de tecnologias assistivas.

No Ensino Fundamental: Abrange crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e é um período em que as práticas inclusivas devem ser fortalecidas. A legislação exige que escolas regulares estejam preparadas para receber alunos com deficiência, oferecendo apoio especializado sempre que necessário.

Ensino Médio, dos 15 aos 17 anos, o ensino médio deve seguir os princípios da educação inclusiva, permitindo que os alunos com deficiência sigam trajetórias de ensino compatíveis com suas capacidades e interesses, com a oferta de adaptações curriculares e suporte de professores especializados.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa modalidade é voltada para pessoas que não completaram os estudos na idade apropriada. No contexto inclusivo, a EJA deve proporcionar um ambiente acessível e acolhedor, com metodologias adaptadas às necessidades de pessoas com deficiência.

A Educação Especial, essa é uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis e etapas da educação básica. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial deve ser ofertada preferencialmente nas escolas regulares, com serviços de apoio especializados, como salas de recursos multifuncionais, atendimento educacional especializado (AEE), e profissionais especializados para auxiliar no processo de aprendizagem.

No entanto, para alunos cuja deficiência ou condição exija um atendimento mais especializado, ainda existe a possibilidade de instituições ou classes especializadas. O foco, no entanto, é a integração desses alunos ao ensino regular, sempre que possível, para promover a inclusão e o convívio com a diversidade.

O modelo de educação inclusiva em vigor no Brasil baseia-se na concepção de que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou sensoriais, devem frequentar as escolas regulares. Este modelo é orientado por princípios

internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que incluem a garantia de uma educação inclusiva e equitativa.

No entanto, o grande desafio desse modelo é a sua implementação plena e eficaz. Muitas escolas ainda enfrentam barreiras estruturais e pedagógicas, como a falta de infraestrutura acessível, escassez de professores especializados, bem como a necessidade de maior formação e sensibilização da equipe escolar para lidar com a diversidade.

Por outro lado, políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) buscam fortalecer o processo de inclusão, promovendo a adaptação dos currículos e o uso de recursos tecnológicos para melhorar a aprendizagem de alunos com deficiência.

Assim, a educação inclusiva é um avanço significativo no cenário educacional brasileiro, mas ainda demanda ações contínuas para superar as desigualdades. O sucesso do modelo depende da articulação entre políticas públicas, formação de profissionais, recursos pedagógicos adequados e, principalmente, da criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova o respeito às diferenças.

2.1 Atendimento educacional especializado no contexto das escolas pública

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode ser conceituado como um conjunto de serviços e recursos pedagógicos oferecidos no âmbito das escolas públicas, com o objetivo de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O AEE é uma política pública estabelecida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que visa complementar e/ou suplementar o ensino regular, de modo a proporcionar os apoios necessários para que esses estudantes possam se desenvolver plenamente dentro do ambiente escolar.

O principal objetivo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, proporcionando-lhes os recursos e estratégias necessários para que possam se desenvolver academicamente e socialmente no contexto escolar regular. O AEE visa remover as barreiras que dificultam a aprendizagem desses estudantes, promovendo a inclusão plena e equitativa no ambiente educacional.

O público-alvo atendido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) inclui alunos que apresentam necessidades educacionais específicas em razão de:

Deficiência: Estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla, que necessitam de apoios especializados para superar barreiras de aprendizagem e participação no ensino regular.

Transtornos globais do desenvolvimento (TGD): Alunos com transtornos que afetam o desenvolvimento psíquico e social, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), síndrome de Asperger, e outros transtornos que afetam a comunicação, comportamento e interação social.

Altas habilidades ou superdotação: Estudantes que apresentam habilidades intelectuais, artísticas ou criativas acima da média, que necessitam de enriquecimento curricular, recursos e desafios específicos para desenvolver todo o seu potencial.

Esses grupos são atendidos de forma personalizada, com o uso de recursos pedagógicos e tecnológicos que permitem sua inclusão e participação plena no ambiente escolar. O AEE também se articula com o ensino regular para apoiar tanto os alunos quanto os professores, garantindo que as necessidades desses estudantes sejam atendidas.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi formalmente criado no Brasil em 2008, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC). O AEE nasceu com a proposta de promover a educação inclusiva, integrando estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ao sistema regular de ensino. Seu objetivo central é garantir o direito desses alunos à educação, com o suporte necessário para que tenham acesso ao currículo escolar de maneira equitativa e adaptada às suas necessidades.

A criação do AEE segue a perspectiva da educação inclusiva, baseada em marcos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Esses documentos reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação em ambientes inclusivos, reforçando que a segregação em escolas especiais deve ser evitada, sempre que possível.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), reforça a obrigatoriedade de que as escolas públicas e privadas sejam preparadas para incluir alunos com deficiência, contando com o AEE como uma modalidade complementar ao ensino regular.

2.2 Formação dos Professores para AEE

Um dos pilares para o sucesso do AEE é a formação de professores especializados. Para que o AEE seja eficaz, os docentes precisam estar capacitados a identificar as necessidades educacionais específicas dos alunos; utilizar tecnologias assistivas e outros recursos pedagógicos adaptados; colaborar com os professores do ensino regular, oferecendo apoio e estratégias para adaptar o currículo e as atividades.

O MEC oferece programas de formação continuada e cursos de especialização voltados para a educação inclusiva e a educação especial, mas ainda há desafios significativos. Um deles é a escassez de professores especializados em muitas regiões do Brasil, especialmente em áreas rurais e escolas com infraestrutura limitada. Para fortalecer a informação citada, podemos incluir dados sobre a escassez de professores especializados em educação inclusiva no Brasil, especialmente em áreas rurais. Segundo o Censo Escolar 2021, apenas 29% dos professores brasileiros possuem formação específica em educação inclusiva ou especial. Essa porcentagem é ainda menor em regiões remotas e rurais. De acordo com o Painel de Indicadores da Educação Especial, baseado nos dados do Censo Escolar 2021, 5% dos professores brasileiros possuem formação específica em educação especial ou inclusiva.

Mesmo com os avanços, a implementação plena do AEE enfrenta vários desafios, como Infraestrutura inadequada: Muitas escolas públicas ainda não possuem salas de recursos multifuncionais ou ferramentas tecnológicas assistivas adequadas para atender os alunos com deficiência; a falta de formação contínua: Embora existam programas de formação, nem todos os professores recebem capacitação suficiente para atender às diversas necessidades dos alunos no AEE e no ensino regular. Isso se agrava em regiões mais distantes e com menos acesso a políticas de formação; número insuficiente de profissionais especializados: Dados recentes mostram que o número de professores especializados no AEE ainda é insuficiente para atender à crescente demanda nas escolas públicas e o Preconceito e falta de sensibilização: Ainda há resistência em algumas comunidades escolares quanto à inclusão de alunos com deficiência, o que pode gerar exclusão social, bullying e falta de apoio adequado.

De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022 estimou que 18,6 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência, representando 8,9% da população com 2 anos ou mais. Esse número é significativamente maior que os 12,5 milhões identificados no Censo de 2010. Uma pesquisa também revelou que uma

parcela expressiva dessas pessoas está na idade escolar, destacando a importância das políticas inclusivas, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Segundo o Censo Escolar de 2022, havia mais de 1,3 milhão de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação na educação básica. O aumento expressivo dessas matrículas em escolas regulares, que vem crescendo ano a ano, demonstra a relevância e a necessidade contínua de investimentos no AEE.

Em resumo, o AEE é uma ferramenta essencial para promover a educação inclusiva no Brasil, mas enfrenta desafios significativos, como a necessidade de maior formação de professores, melhorias na infraestrutura escolar e sensibilização da comunidade educativa. A expansão desse atendimento depende de um esforço conjunto entre políticas públicas, investimentos e conscientização sobre a importância de uma escola inclusiva para todos.

Para que haja uma melhor compreensão sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na vida de um excluído, imprescindível se faz citar o importante serviço que são ofertados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, que devem estar matriculados em escolas comuns do ensino regular.

É um atendimento de suma importância e considerado um grande avanço, onde este acesso ao estudante, possibilita que o mesmo tenha ao seu favor a criação, o desenvolvimento e a implantação de recursos pedagógicos e de acessibilidade para vencer barreiras e estas abram espaço para a plena participação de todos os estudantes no processo ensino-aprendizagem, considerando suas necessidades educacionais específicas, suas potencialidades, e não suas deficiências como superiores às suas habilidades. Com essa modalidade de forma complementar e/ou suplementar à formação, promove-se a autonomia e a independência do estudante na escola, na vida familiar e no mundo do trabalho.

A criança considerada com algum tipo de deficiência, precisa ser vista com um olhar sensível por todos profissionais, as atividades convencionais devem ser antes analisadas ao serem aplicadas posteriormente, para que suas potencialidades sejam expressadas de forma positiva e com isso um progresso quanto a sua aprendizagem.

Muitos institutos educacionais têm desempenhado um papel crucial na viabilização da educação inclusiva. As dependências das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) são projetadas para apoiar esses avanços, oferecendo ambientes estruturados que facilitam o processo de ensino-aprendizagem para todos os alunos que necessitam. Os materiais e recursos disponíveis são concebidos para promover o aprimoramento do aluno, enquanto as construções acessíveis garantem que todos tenham acesso adequado ao ambiente escolar. A sinalização visual e os elementos sensoriais presentes nas salas de AEE destacam a importância da inclusão e permitem que todos os indivíduos, independentemente de suas necessidades, possam adquirir conhecimento. Dessa forma, as salas de AEE devem proporcionar múltiplas opções para o desenvolvimento intelectual e físico dos alunos, assegurando um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Muitas técnicas inclusivas e de cunho acessível pedagógico vêm sendo trabalhadas durante as atividades nas salas do AEE em todo Brasil. O atendimento a alunos em salas do AEE não é tarefa fácil e vem se tornando algo desafiador para os profissionais envolvidos. Logo, vem se tornando em outra dimensão prazerosa e com paciência as conquistas vem surgindo. Um trabalho feito com excelência certamente os resultados serão apresentados de forma positiva.

Atualmente muitos profissionais estão sendo preparados para atuarem em salas do AEE, isso muitas vezes a necessidade da crescente demanda, uma vez que a sociedade cobra essas melhorias e os próprios pais defensores da inclusão, lutam em prol dessa causa. Contudo, é uma longa caminhada até que se tenha o ideal para um ensino/aprendizagem adequado. Muitas

escolas ainda precisam se adequar quando a muitas questões, principalmente a acessibilidade. A educação inclusiva no Brasil se tornou uma política pública somente em 1994, com a declaração de Salamanca.

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente confirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa considerada com deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

O AEE se torna parte primordial da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncional. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (MATOS; 2003 p. 16).

De forma mais didática, os complementos e suplementos são trabalhos de formas diferentes. A suplementação é feita pelo professor da sala de AEE em auxílio aos conteúdos vistos em sala de aula regular com o professor de determinada matéria.

Portanto, as salas do AEE se tornam de grande importância, quando realizam seu trabalho não somente com atividades específicas quando contempla a área educacional, mas a socialização entre todos da sala e da escola, preparando assim, o aluno para viver em sociedade, lhes dando autonomia e independência para sua aprendizagem.

A seguir, será explorado o papel essencial da família no apoio à inclusão de crianças com deficiência e no seu desenvolvimento integral, destacando as estratégias e recursos que podem ser utilizados.

3 Famílias, cooperação e acessibilidade: experiências que transformam

A família desempenha um papel de extrema importância quanto aos assuntos referentes à diversidade, pois é a instituição primeira que incentiva a auto estima da criança, desde o apoio emocional ao diálogo incentivador quanto aos aspectos emocionais, instigando a todos que compõe o contexto ao qual a criança está inserida, promovendo assim a inclusão em todos os aspectos, fornecendo segurança. A importância que a família desempenha na vida de um ser humano é muitas vezes exposta em qualquer livro de natureza educacional, pois a mesma é a base pela qual tantos educadores necessitam iniciar um diagnóstico prévio acerca de seu futuro aluno.

Segundo Kissmann (2014), a família desempenha um papel central no desenvolvimento dos indivíduos, não apenas por assegurar sua sobrevivência física, mas também por ser o meio pelo qual ocorrem as aprendizagens essenciais. Essas aprendizagens são inerentes ao desenvolvimento autônomo dos educandos na sociedade.

Atualmente, a família pode incluir diferentes arranjos, como famílias monoparentais, onde um único progenitor cria os filhos, famílias reconstituídas, que surgem a partir da união de pessoas que já tinham filhos de relacionamentos anteriores, e famílias adotivas, que constituem laços afetivos e legais sem relação sanguínea. Além disso, as famílias podem ser formadas por casais do mesmo sexo e seus filhos, bem como por redes de apoio que desempenham papéis essenciais na criação e no cuidado das crianças.

Essas novas configurações familiares refletem uma realidade social mais complexa e diversificada, que desafia as definições tradicionais e exige uma compreensão mais ampla dos vínculos afetivos e das responsabilidades compartilhadas. A modernidade trouxe à tona a importância do afeto, do compromisso e do suporte mútuo como componentes centrais na formação e na função familiar, independentemente da estrutura que a família assume.

A família contemporânea é caracterizada por uma diversidade de formas e arranjos que desafiam as definições tradicionais. A modernidade destaca a importância dos vínculos afetivos e do suporte mútuo como elementos centrais na dinâmica familiar, independentemente de sua estrutura. (Bourdieu, 1998, p. 29)

O conceito de família contemporânea deve abranger essa diversidade, reconhecendo que o que define uma família é o amor, o apoio e a presença, mais do que apenas laços sanguíneos ou normas sociais antigas.

Famílias que incluem membros com deficiência enfrentam desafios e necessidades específicas, que podem exigir adaptações e apoio adicional. Nessas famílias, a dinâmica pode envolver não apenas cuidados especializados, mas também um profundo compromisso com a acessibilidade e a inclusão. As famílias podem ser formadas por diferentes arranjos, como famílias monoparentais, que podem incluir um pai ou mãe com deficiência criando seus filhos, ou famílias reconstituídas, onde um ou ambos os parceiros têm deficiência e precisam encontrar formas de adaptar seu ambiente e rotina para garantir a inclusão e o bem-estar de todos os membros.

Segundo Silva (2023), a modernidade trouxe uma maior compreensão e aceitação dessas diferentes configurações familiares, reconhecendo que o que realmente define uma família é o amor, o apoio e o compromisso mútuo.

A presença e o papel das pessoas com deficiência nas famílias são parte integral dessa diversidade, mostrando que as famílias são unidas não apenas por laços sanguíneos, mas por vínculos afetivos e apoio contínuo. .

Assim, o conceito contemporâneo de família deve refletir essa diversidade, incluindo e valorizando todas as formas de arranjos familiares e reconhecendo a importância dos laços de afeto e compromisso, especialmente no contexto das famílias que incluem pessoas com deficiência. Essa versão aborda a diversidade nas estruturas familiares contemporâneas e a importância de incluir pessoas com deficiência, destacando o papel essencial do apoio e do afeto na definição da família

Necessário que os pais garantam um desenvolvimento pleno para si mesmos e para seus filhos, abrangendo aspectos físicos, emocionais, mentais, sociais e espirituais. Compreender a interdependência desses diversos planos é essencial. Por exemplo, o sucesso acadêmico não depende apenas da capacidade cognitiva, mas também da afetividade e do estímulo recebido em casa. Além disso, é crucial promover a inclusão social de todas as crianças, independentemente de suas condições.

Para promover um ambiente de inclusão e apoio para crianças com deficiência, reconhecendo a importância das interações familiares, várias estratégias e recursos podem ser implementados. Algumas sugestões como Educação e Conscientização Familiar, onde possa acontecer as Oficinas e Seminários que ofereça treinamentos e eventos educativos para pais e familiares sobre deficiência, inclusão e estratégias de apoio onde haja a utilização de Materiais Educativos, que disponibilize livros, artigos e recursos online que ajudem a aumentar a compreensão sobre as necessidades e direitos das pessoas com deficiência.

O ambiente de inclusão também deve conter Acessibilidade e Adaptações no Ambiente Familiar, com modificações no lar onde sejam realizadas adaptações físicas no ambiente doméstico para facilitar o acesso e a mobilidade das crianças com deficiência.

O suporte Profissional com Consultoria e Aconselhamento, onde todo um trabalho com psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais para fornecer apoio especializado às famílias e às crianças. Não esquecendo os planos individualizados, onde o apoio profissional é fundamental para garantir que tanto as famílias quanto as crianças recebam o suporte necessário.

Trabalhar com psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros especialistas oferece uma abordagem especializada para lidar com as necessidades específicas de cada criança. Esses profissionais ajudam a desenvolver estratégias eficazes para enfrentar desafios e promover o bem-estar, que desenvolvam planos de intervenção e suporte personalizados que atendam às necessidades específicas de cada criança. Promoção de Interações Sociais Inclusivas.

As interações familiares são cruciais para o desenvolvimento de uma criança com deficiência. A família oferece o primeiro ambiente de apoio e socialização, e o envolvimento ativo dos pais e familiares pode facilitar a integração social e acadêmica da criança. Um ambiente familiar positivo e inclusivo pode fomentar a autoestima, a segurança e o sucesso das crianças com deficiência, preparando-as para participar de maneira plena e ativa na sociedade.

Implementando essas estratégias e recursos, as famílias podem criar um ambiente de apoio que promova o desenvolvimento integral e a inclusão, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Os filhos necessitam dessa interação e aprender em um ambiente inclusivo, onde todos, incluindo aqueles com deficiência, tenham iguais oportunidades para desenvolver suas habilidades. É importante que os filhos aprendam valores positivos relacionados ao trabalho, à mídia, à leitura e à convivência com os outros, respeitando o direito de cada um à igualdade de aprendizado.

Criar ambientes que fortaleçam a autoestima e o desenvolvimento integral de todas as crianças é essencial, reconhecendo e valorizando cada indivíduo, independentemente de suas habilidades. Para crianças com deficiência, isso significa proporcionar apoio adequado e recursos que possibilitem sua plena participação e desenvolvimento, assim como para seus colegas. Dessa forma, todos podem crescer e se desenvolver em um ritmo que respeite suas necessidades individuais e a aceleração das mudanças históricas.

Essa versão incorpora a importância da inclusão de crianças com deficiência e destaca a necessidade de ambientes que promovam o desenvolvimento integral e a igualdade de oportunidades para todos.

Os pais necessitam estabelecer uma comunicação mais adequada com seus filhos, valorizar o ato da curiosidade, de indagação, para que mesmo diante de alguma deficiência existente, toda família unida possa encontrar meios e tentar chegar a um caminho menos doloroso e menos severo, para que este possa saber criticar e valorizar o que assimilou quando lhe foi ensinado.

A escola desempenha um papel fundamental como instituição responsável por introduzir as novas gerações no patrimônio cultural da humanidade. Ela não apenas transmite conhecimentos sobre a cultura e a história passadas, mas também oferece oportunidades para que os alunos se conectem com as expressões culturais atuais. Para que a escola alcance plenamente seus objetivos educacionais, é essencial que ofereça um ambiente inclusivo que valorize e acolha a diversidade.

Osório (1996) afirma que "a família educa e a escola ensina", destacando que à família cabe fornecer uma base ética para a vida em sociedade, enquanto à escola cabe preparar as crianças e adolescentes para enfrentar as exigências do mundo competitivo (Osório 1996 apud Brendler, 2013, p. 19).

Ao garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições ou habilidades, tenham acesso a essas oportunidades culturais, a escola cumpre sua missão de formar cidadãos plenamente integrados e engajados. A inclusão vai além de simplesmente

proporcionar acesso; trata-se de criar um ambiente onde cada aluno possa participar ativamente, expressar sua identidade e contribuir com suas perspectivas únicas para a construção do conhecimento coletivo.

As implicações sociais muitas vezes têm suas raízes no convívio familiar. O ambiente familiar desempenha um papel crucial na formação de valores e comportamentos que, quando positivos, podem beneficiar o desenvolvimento social e pessoal, influenciando tanto a vida dos indivíduos quanto a dos outros ao seu redor. É fundamental que a família ofereça incentivos e apoio nas decisões a serem tomadas, especialmente para aqueles filhos que podem se sentir desorientados ou sem direção.

Quando os indivíduos carecem de ideais e oportunidades para se engajar em projetos significativos, podem enfrentar dificuldades para encontrar um propósito e se integrar de maneira participativa na sociedade. Essa falta de engajamento pode ser ainda mais desafiadora para pessoas com deficiência, que muitas vezes enfrentam barreiras adicionais para sua inclusão plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo com o tema Panorama da Educação Inclusiva no Brasil buscou, por meio de uma revisão bibliográfica, oferecer uma visão ampla sobre a inclusão educacional no país, enfatizando o papel crucial da escola e da família nesse processo. As principais descobertas destacam que a verdadeira implementação de uma educação inclusiva depende da colaboração ativa entre professores, pais, alunos, gestores e a comunidade em geral. Além de assegurar o direito legal à inclusão, é necessário torná-lo efetivo por meio de ações concretas, que vão além da legislação.

A pesquisa ressalta que uma mudança profunda e duradoura só será possível com uma parceria sólida entre a comunidade, as escolas e o governo, favorecendo debates contínuos e uma conscientização permanente sobre a importância da inclusão. Esse esforço conjunto é visto como essencial para se alcançar um compromisso coletivo em prol da inclusão de todos os cidadãos, garantindo que ninguém seja excluído do processo educacional.

Sabemos que a luta pela educação inclusiva não pertence somente ao campo educacional, mas está intrinsecamente ligada ao poder político e às decisões públicas. Apenas por meio de uma pressão social contínua será possível garantir políticas públicas efetivas, assegurando um aporte orçamentário que coloque a educação como prioridade nacional. No panorama da educação inclusiva no Brasil, podemos incluir os principais objetivos como o acesso universal e igualitário; a formação de professores; o apoio especializado; a integração de políticas públicas e o monitoramento e avaliação. São objetivos que buscam transformar a educação inclusiva em um compromisso permanente, promovendo uma escola verdadeiramente para todos, onde a diversidade seja acolhida e valorizada dentro do contexto da educação inclusiva no Brasil, reforçando a necessidade de um engajamento político e social amplo.

As contribuições para a área de estudo da educação inclusiva no Brasil são vastas e importantes, especialmente quando se considera a longa trajetória histórica da luta pelos Direitos Humanos. Essas conquistas representam um marco social que busca assegurar direitos fundamentais a todos os seres humanos, com especial atenção aos cidadãos inseridos no contexto da diversidade e inclusão. O reconhecimento da importância da inclusão, tanto no Brasil quanto em diversos outros países, reforça a necessidade de práticas educativas que garantam o acesso igualitário à educação, respeitando as diferenças e promovendo uma cultura de equidade e respeito. O desenvolvimento de políticas públicas e a criação de estratégias pedagógicas voltadas à inclusão têm contribuído para ampliar o debate sobre a necessidade de uma educação que contemple as singularidades de cada indivíduo, tornando-se um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Essa luta por igualdade não se limita a um grupo específico com especificações físicas ou intelectuais, mas vai além, abrangendo o ambiente democrático em que todos são coletados sem distinção. Quando essas teorias são desenvolvidas inovadoras, as práticas inclusivas começam a surgir de forma positiva, fortalecendo o panorama da inclusão no Brasil.

O trabalho de pesquisa apresentado inclui informações, dados e referências que servirão para estudos e investigações futuras. Essas contribuições são relevantes para o entendimento e desenvolvimento de práticas relacionadas ao tempo proposto, especialmente considerando que a inclusão está sendo amplamente discutida e trabalhada em diversas esferas sociais.

Diante da vasta gama de teóricos dedicados ao tema da educação inclusiva, o trabalho apresentado contém informações e dados significativos que certamente contribuirão para futuras pesquisas. Esses elementos são fundamentais para a compreensão e avanço das práticas inclusivas no campo educacional.

A escola, dita como comum, passou por diversas alterações para o devido cumprimento do que rege a Carta Magna, para se despir de qualquer diferenciação, arrumou-se de igualdade. Essa luta por direitos ainda se faz necessária, mas já percebemos muitos avanços no ambiente escolar. Vozes na política trazem perspectivas de inclusão com o Plano Nacional de Educação Inclusiva e demarcam vários pontos que tentamos posteriormente. Como marco na educação inclusiva, a criação no período imperial do Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos, embora sejam de grande significado e valor, revelaram a mentalidade contemporânea de segregar as pessoas com necessidades especiais em escolas específicas.

Na Resolução de nº 4 de 2009, trata especificamente das Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado e corrige uma desigualdade na condição do aluno que outrora era apartado do convívio escolar comum, incorporado agora em sua matrícula na escola regular, sem qualquer tipo de diferenciação, porque a escola tem, com base nesse dispositivo legal, a obrigação de corrigir distorções no tratamento e ofertar todo o suporte para reduzir desigualdades.

O professor surge como um protagonista, facilitador, difusor da política de inclusão, como versa o dispositivo supracitado no seu artigo nono. No Art. 9º a elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (Resolução nº 4, 2 de outubro de 2009, p.02).

Nessa perspectiva, o professor de Atendimento Especializado necessita de conhecimento específico em seus escritos sobre Atendimento Educacional Especializado, na escola inclusiva, os alunos atendidos são ouvidos, a família é ouvida e a participação de ambos é incentivada e valorizada, tendo como alvo a melhoria de políticas públicas; assim, o professor é partícipe na engrenagem socioeducativa e agente transformador.

É preciso aplicar todas as normas legais de garantias de acessibilidade também no ambiente escolar, desde o Projeto Político Pedagógico, inclusive com promoção de eventos e palestras de conscientização. Portanto, o trabalho do profissional do Atendimento Educacional Especializado não é filantropia, mas o devido. É na escola que as mudanças da comunidade acontecem, onde as vozes de mudança ecoam entre os cidadãos.

Refletindo sobre a importância da acessibilidade no ambiente escolar, vemos que a aplicação rigorosa das normas legais não é apenas uma questão de cumprimento das leis, mas um reflexo do nosso compromisso com a verdadeira inclusão. A escola é o coração das mudanças comunitárias; é onde as vozes de transformação se fazem ouvir e ressoar entre os cidadãos. Por isso, é fundamental que cada um de nós, educadores e gestores, se empenhe em garantir que essas práticas inclusivas se tornem uma realidade vívida e não apenas um ideal.

Na sala de aula os olhos da sociedade estão a observar, principalmente daqueles que fiscalizam e se comprometem com a justiça e a proporcionalidade na receptividade e efetivação do que rege as leis de inclusão, seja na sala de Atendimento Educacional Especializado, seja na hora da recreação, seja no fluxo de aulas, e principalmente na relação professor-aluno, na elaboração de sua rotina escolar de acolhimento sem qualquer forma de discriminação a fim de proporcionar a todos, a mesma oportunidade de socialização.

O professor é peça fundamental, porque este está todos os dias letivos, no convívio mais próximo com o aluno com necessidade especial, e é este profissional que conhece as reais carências, sendo uma figura de extrema importância quanto a voz e também o olhar do seu alunado. Superar o sistema tradicional de ensinar e aprender é um propósito que temos de efetivar urgentemente, nas salas de aula, pois são elas as incubadoras do novo e de onde sairão os que vão definitivamente estabelecer as bases do próximo milênio- as crianças e jovens de hoje.

A conquista pelos Direitos Humanos é um marco social que transcende fronteiras e beneficia todos os seres humanos, com especial atenção aos cidadãos inseridos no contexto da diversidade e inclusão. No Brasil, essa luta é particularmente significativa, pois reflete o reconhecimento de que a educação inclusiva é um direito fundamental. Diversos países já avançaram nesse caminho, e o Brasil, ao abraçar essa causa, busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Ao relacionar essa conquista com o panorama da educação inclusiva no Brasil, observa-se que o país tem feito avanços importantes na formulação de políticas públicas e na implementação de práticas pedagógicas voltadas à inclusão. Contudo, para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, é necessário um compromisso contínuo de toda a sociedade, incluindo governo, escolas e famílias, para criar condições que respeitem e valorizem a diversidade. Somente por meio dessa parceria e de ações concretas será possível transformar a legislação inclusiva em uma realidade prática e acessível para todos.

O professor, por ser um mediador/facilitador, está sempre disponível em sala de aula para criar estratégias de alcance, já que tem a obrigação legal de atender as todas necessidades de sala, por isso nunca é demais a leitura e a busca por novos saberes. Se o professor evolui, sua turma também evolui. É desafiador reunir na mesma sala diferentes culturas, gêneros e personalidades, sem ignorar as necessidades especiais, e vencer esse desafio é ter sucesso além do profissional, é ser bem sucedido na vida.

A contribuição deste trabalho para o aprofundamento das discussões sobre a educação inclusiva no Brasil reside na análise crítica das práticas atuais e na identificação de lacunas que ainda perpetuam a exclusão. Ao reunir e discutir obras de autores renomados na área, meu objetivo é destacar as experiências e perspectivas que podem guiar a implementação de políticas educacionais mais inclusivas.

Além de expor os desafios enfrentados por estudantes à margem da exclusão, esta pesquisa busca fomentar um diálogo entre educadores, gestores e a sociedade civil. Acreditamos que, por meio de um compartilhamento de conhecimentos e experiências, podemos construir um ambiente educacional mais acolhedor e diversificado.

Este trabalho não se limita à mera descrição de práticas; ele propõe uma reflexão profunda sobre a importância da inclusão como um direito fundamental, e como essa inclusão pode enriquecer não apenas a vida dos indivíduos, mas também a sociedade como um todo. Ao convidar outros pesquisadores e profissionais da educação a se juntarem a essa discussão, espero contribuir para um movimento mais robusto e solidário em prol da diversidade e inclusão no cenário educacional brasileiro.

Dessa forma, conclui-se que a abordagem do panorama da educação inclusiva no Brasil exige um estudo bibliográfico minucioso, com autores dedicados a defender soluções assertivas que beneficiem não apenas os sujeitos dessa pesquisa, mas todos os cidadãos à

margem da exclusão. A união de esforços é fundamental para garantir um olhar mais concreto sobre a importância da diversidade e inclusão.

Neste contexto, nossa contribuição busca aprofundar as discussões no cenário acadêmico, promovendo um espaço de reflexão e debate sobre a temática. Ao articular diferentes perspectivas e experiências, este trabalho pretende acalorar o diálogo entre educadores e pesquisadores, incentivando a construção de práticas mais inclusivas e eficazes. Com isso, esperamos avançar na luta por uma educação que realmente respeite e valorize a diversidade, beneficiando a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 25.08.2024.

BRASIL ESCOLA. **O processo de inclusão na educação brasileira: uma análise da legislação**. Disponível em:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-processo-de-inclusao-na-educacao-brasileira-uma-analise-da-legislacao.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Editora Bertrand Brasil. 1998.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

DIVERSA. *Painel de indicadores da educação especial é atualizado com dados do Censo Escolar 2023*. <https://diversa.org.br/noticias/painel-de-indicadores-da-educacao-especial-e-atualizado-com-dados-do-c>. Acesso em: 13 set.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Educação para Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 7-10 jul. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: [25.08.2024].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO UNIBANCO. Educação inclusiva: um direito inegociável. Observatório de Educação, 26 out. 2022. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-inclusiva-um-direito-inegociavel?gad_source=1.

KISSMANN, L. **Relação Família e escola na Educação Infantil - Implantações e construções nos Processos Educacionais**, 2014. 62 f. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Educacional EAD da Universidade Federal de Santa Maria -Tio Hugo, RS.- como requisito final para obtenção do título de especialista em Gestão Educacional.

MATOS, Mário A. de; SILVA, Renata de. **Educação inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 16.

OSÓRIO, A. C. N. **Anotações sobre as experiências escritas relacionadas ao programa educação inclusiva: direito à diversidade**. In: ENSAIOS pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 25-35.

Resolução de nº 4- Ministério da Educação, Brasília, 2009.

SAWAIA, Bader Burihan. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Lourdes. **Família e escola: uma parceria necessária**. São Paulo: Moderna, 2023.